

Professores nas escolas italianas do extremo sul catarinense (1900 -1945)

Tatiane dos Santos Virtuoso*

Resumo

Limiar ao século XX, a imigração europeia efetivada em solo brasileiro delineia um novo contexto social. No extremo sul catarinense, os imigrantes envolvem-se na busca do suprimento de algumas necessidades básicas, junto a essas, a instrução. Assim, as colônias articuladas ao governo italiano, iniciam uma rede de escolas que pretendiam, entre outros interesses, ensinar as primeiras letras àqueles que estavam instalados em um país desprovido de um sistema escolar. Buscando representações dessas escolas italianas, assim como dos professores que atuavam nelas, pretende-se analisar os professores, assim como, suas condições de trabalho. Parece igualmente interessante perceber como se estabelecia as lutas de representações existentes dentro de uma escola italiana inserida em solo brasileiro, isto é, como se construíam as identidades divididas entre dois estados nação.

Palavras-chave: Escolas italianas – professores – ítalo-brasileiros.

Abstract:

It was the beginning of the Twenty Century, the European immigration realized in Brazilian soil delineates a new social context. At the far south of Santa Catarina State, the immigrants are involved on the search for supplying some basic needs, one of these needs was the education. So, the colonies articulated within the Italian government, begin a school network, which intended among other interests, to teach the first letters to those who were living in a country which didn't have a school system. Searching for a reflection of these Italian schools, as well as of the teachers who taught at them, we intend to analyze the teachers' representations, as well as they working conditions. It seems interesting to us, as well, to realize how the representations conflicts which existed into an Italian school inserted in the Brazilian soil were established, that is, how the identities divided into two States-Countries were constructed.

Key-words: Italian Schools – teachers – italo-brazilians

Neste artigo, propõe-se um breve passeio por representações do que foram as relações estabelecidas entre os professores das escolas italianas e ítalo brasileiras¹, localizadas no extremo sul catarinense e as autoridades governamentais brasileiras e italianas que as mantinham. O fio condutor dessa trama é a luta de representações (CHARTIER, 2002), entre símbolos e emblemas nacionais brasileiros e italianos estabelecida nas escolas. Os estabelecimentos de ensino italianos, dirigidos pelos próprios imigrantes, sob a tutela de representantes da Itália, tornam-se palco para as lutas de representações entre duas nações em construção, Brasil e Itália. Em meio a essas lutas encontra-se o processo de nacionalização do

* Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, mestrado.

¹ Considero os termos **Escola ítalo-brasileira**, denominação retirada de uma das cartilhas utilizadas nessas escolas denominada: “Compendio Sillabario ítalo-português”, e **Escolas italianas**, baseada em um documento recebido por Pietro Biava, professor da Escola Italiana em Criciúma em 1919.

ensino brasileiro que teve seu início nas primeiras décadas do século XX e foi freneticamente acelerado no Estado Novo.

Apesar de o ideal nacionalista brasileiro existir desde a independência, somente a partir de 1930 é que o mesmo realmente ganha atenção das autoridades. (OLIVEN, 2006). Dentro dessa lógica, esse momento, especialmente no Estado Novo, é explícito o processo de construção e solidificação do ideário nacionalista brasileiro. Nessa construção, as escolas e os professores aparecem como colunas fundamentais. À escola, coube o papel de nacionalizar aqueles que apesar de nascidos em solo brasileiro, haviam aprendido por meio da família, das escolas, da igreja e demais setores da sociedade a cultivar o sentimento de nacionalidade da pátria dos pais ou avós.

Entendendo o conceito de representação e lutas de representações como fundamental nessa discussão, busca-se as discussões de Roger Chartier, que define o conceito de representação como “toda a tradução e interpretação mental de uma realidade exterior percebida”. (CHARTIER, 2002: 45) Segundo Chartier, as representações coletivas constroem o próprio mundo social. As lutas de representações têm a finalidade de ordenar a estrutura social. “As estratégias simbólicas determinam posições e relações que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 2002:45). Chartier enfatiza que “mesmo as representações coletivas mais elevadas não tem existência (...) senão na medida em que comandam atos” (CHARTIER, 2002:45).

Os professores

No livro “Nacionalização do Ensino: Aspectos Políticos” de autoria do Secretário de Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina, Ivo d` Aquino, editado pela Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina, em 1942, encontra-se um mapa salientando a distribuição étnica dos imigrantes no estado de Santa Catarina. Percebe-se a distribuição dos imigrantes italianos no norte, oeste e extremo sul do estado, sendo esse último, o foco aqui em análise. O livro, ao mesmo tempo em que aborda os contingentes étnicos faz uma explanação das ações governamentais no sentido de nacionalizar um estado que aos olhos das autoridades se tornara não apenas multicultural e multiétnico, mas subversivo aos interesses nacionais.

No ofício² dirigido ao governador de Santa Catarina, Filipe Schmidt, em 31 de janeiro de 1900, o cônsul Gheraldo Pio de Savóia descreve sua visita às colônias italianas do sul do

² Correspondências dos cônsules. 31 de Janeiro de 1900. Gheraldo Pio de Savóia. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Estado³. Por meio do documento, Savóia especifica que nessas localidades a população era dividida entre as nacionalidades brasileira e italiana, sendo parte de cidadãos do reino (Itália) e parte brasileiros. O cônsul, cumprindo seus deveres oficiais, serve de intérprete a algumas reclamações particulares relativas a alguns de seus compatriotas (italianos), segundo ele, pobres e geralmente analfabetos.

Entre as reivindicações sinalizadas pelo mesmo, destaca-se a de Giovani Salvador, agricultor e professor, residente em Urussanga de Baixo. Esse professor reclama um crédito de 248\$000 retido pelo Estado. Esse crédito corresponde, segundo o documento, a serviços prestados como professor em Urussanga por cerca de 32 meses. Esse valor correspondia a um salário de aproximadamente 7\$000 por mês. Mesmo com o reconhecimento, por parte das autoridades governamentais brasileiras, a respeito da pertinência de sua solicitação, sendo seu crédito reconhecido e aprovado⁴, Giovane permanecia sem seu saldo, apesar de muitos apelos. O cônsul salienta a pobreza do professor e as necessidades de sua família, o que, segundo Savóia, constrangem-no a insistir na efetivação desse pagamento por parte do Estado.

Savóia destaca outra situação envolvendo um professor da escola italiana em Criciúma, localidade na qual, segundo o registro, dois terços dos habitantes eram de origem italiana. A problemática apresentada pelos pais de família de Criciúma é classificada por Savóia como “a mais importante e delicada”⁵ da localidade. A trama se desenvolve a partir de uma escola subsidiada pelo governo brasileiro, cujo professor ocupava-se tão pouco de seus alunos que raramente lecionava, pois não aparecia na escola. Os pais, indignados, não deixaram mais seus filhos dirigirem-se ao educandário. Mais tarde, o mestre, apesar de continuar a receber os vencimentos, desapareceu. A escola, por sua vez, permaneceu fechada por aproximadamente 7 meses.

Em 10 de setembro de 1900⁶, um ofício dirigido a Filipe Schmidt, quase um ano depois do ofício citado, menciona novamente o requerimento dos cidadãos criciumenses em favor da nomeação de um professor. Percebe-se por meio dessas fontes, indícios da

³ Seu relatório centra-se as comunidades de: Pedras Grandes, Azambuja, Urussanga, Cocal, Criciúma, Nova Veneza, Belluno, Treviso, Belvere, Rio dos Pinheiros, N. Orleans, Barracão.

⁴ Crédito aprovado desde março – maio de 1896, conforme a publicação na official “República”.

⁵ Idem.

⁶ Um certo número de colonos residentes em Criciúma, italianos, ou de origem italiana, pedem-me para apresentar a sua petição aqui junta [...]. Sua excelência que é pai e chefe de um estado, não pode permanecer insensível ao grito de tantos pais de família que pedem para seus filhos um pouco de instrução e de educação para que não cresçam como animais [...].

Correspondências dos cônsules. 10 de setembro de 1900. Gheraldo Pio de Savóia. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

morosidade com que eram tratadas as questões educacionais referentes às colônias italianas do extremo sul.

As petições em favor da educação ganham destaque nos ofícios de Savóia que salienta ansiar chegar ao conhecimento da instrução pública os lamentos que se repetem em toda a parte, especialmente em Cocal, Nova Veneza e Belluno, isto é: “a enfática frase: Vivemos como bichos”! Essa exclamação, segundo o cônsul, alude “ao abandono absoluto no qual jazem as suas necessidades morais e intelectuais”⁷.

Ainda sobre Criciúma encontra-se outro documento, de 1913, um abaixo assinado⁸ elaborado pela comunidade de Morro Estevão. Esse se refere a uma reivindicação ao governo do Estado em favor da criação de uma escola formal, já que na localidade havia uma escola italiana desde 1905 (RABELO, 2003: 30).

Outra escola da rede municipal de Criciúma, hoje denominada EEMMF Fortunato Brasil Napolini, inicia suas atividades educacionais na segunda década do século XX, sob a tutela do Consulado Italiano e a docência do professor italiano Pietro Biava, segundo depoimentos colhidos na comunidade escolar⁹. Por meio de entrevista com o filho de Pietro Biava, obtive alguns documentos referentes à escola, um deles da “Unione Generale Insegnanti Italiani¹⁰” de Roma. A fonte, com data de 23 de outubro de 1919 é endereçada a Pietro Biava, da Escola Italiana em Criciúma. O ofício é uma resposta à carta enviada por Biava em agosto do mesmo ano. Nele, o Presidente Geral, Vitório Sciabia, anuncia o envio de alguns livros, ao mesmo tempo em que solicita o valor recolhido pelo professor brasileiro, Pietro Biava, em favor dos órfãos de guerra da Itália, que segundo o registro, “são muitos e precisam de grande ajuda”¹¹. Esse documento inseriu algo interessante que até então não se havia encontrado, o fato de que a escola, além de se beneficiar por meio da ajuda do consulado italiano, também poderia em alguns momentos, como no caso da Primeira Guerra, retribuir com doações. Sabe-se que os italianos residentes no Brasil enviavam recursos para Itália em diferentes ocasiões, mas o envio de dinheiro por meio de escolas parece algo novo.

⁷ Idem.

⁸ Documento encontrado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁹ Entrevistas pertencentes ao acervo do Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação de Santa Catarina – GRUPEHME/SC, vinculado à diretoria de pesquisa da UNESC.

¹⁰ União Geral dos Professores Italianos. Acervo João Biava.

¹¹ Ofício N.º. 7146, União Geral dos professores italianos. Ente Morale – D. L. 22 de fevereiro de 1917, n.º. 417, Presidente Honorário: S. E. o Ministro da Instrução Pública. Presidência Geral. Roma 23 de outubro de 1919. Ao Senhor PIETRO BIAVA ESCOLAS ITALIANAS EM CRESCIÚMA (Estado de Santa Catarina – Brasil). Acervo João Biava.

Em 15 de agosto de 1918, a “Declaração de reforma de um inscrito residente ao exterior”¹² outorgada pelo Consulado da Itália em Florianópolis, certifica que Pietro Biava, nascido no dia 29 de junho de 1879 é reconhecido inabilitado ao serviço militar. A função a qual o professor é dispensado consistia no serviço de enfermagem, do elenco que serve para as visitas dos escritos residentes no exterior. O motivo de sua dispensa, segundo o documento seria por “blefaroptose” nos dois olhos, com perda total dos cílios. Percebe-se que os professores italianos possuíam determinados compromissos com a Itália, sendo que para a execução desses, eram recrutados ou dispensados, como no caso de Pietro. Esse documento pode evidenciar que a função de professor italiano exercida ia muito além do ensino das primeiras letras a descendentes de italianos, mas sim, de uma contínua relação com a Itália.

Ainda na “Declaração de reforma de um inscrito residente no exterior”¹³, citada anteriormente, também toma-se conhecimento das “particularidades do inscrito”, no caso Pietro Biava. O Consulado detalha as características físicas de Pietro. O documento também menciona a profissão do mesmo em 1918, isto é: professor. Abaixo da profissão designam-se dados referentes à instrução dele: “sabe ler: sim, sabe escrever: sim”¹⁴. O pormenor sabe ler e escrever pode indicar que as exigências requeridas para o exercício da função de professor não eram tão rígidas.

Já em Nova Veneza, em 29 de janeiro de 1918 uma “Comissão encarregada de construir um prédio escolar” na respectiva sede, envia um abaixo assinado¹⁵ ao governador do Estado comunicando que o edifício construído pela comunidade com auxílio do Consulado Italiano encontra-se, embora não totalmente concluído, em condições de ser utilizado. A comissão reivindica a nomeação de um professor, por parte do governo brasileiro “cuja presença nessa colônia é absolutamente urgente e indispensável”¹⁶. O documento salienta que até que o governo não construa um edifício especial para escolas, como fez em outras localidades, a comissão apresenta esse e conta com a nomeação imediata de um professor, assim como, anseiam que as aulas continuem todos os anos regularmente.

No documento, a comissão apela para o “patriotismo do governador” no sentido de a comunidade ser atendida com a instituição de uma boa escola, sendo que até o momento, o lugar encontrara-se “em completo abandono da instrução pública [...] neste remoto ângulo de

¹² Declaração de reforma de um escrito residente ao exterior, 15 de agosto de 1918. Acervo João Biava.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Ofícios diversos. Janeiro e Fevereiro de 1918. Arquivo Público de Santa Catarina.

¹⁶ Idem.

Santa Catarina”¹⁷. O registro evidencia a ausência por parte do poder público brasileiro, já que o governo italiano vinha contribuindo com a instrução nessa localidade, inclusive com a construção do prédio ora oferecido para o funcionamento da escola. Assim, a população solicitava do governo brasileiro ao menos a designação de um professor. Pode-se pensar que o apelo da comissão ao patriotismo do governador seja um apelo e um alerta dos cidadãos de Nova Veneza ao governo brasileiro que os deixou desamparados ou ainda, amparados por uma outra pátria, a Itália.

Os abaixo assinados de Nova Veneza vão ainda mais longe, reconhecem como legítimo o Decreto de 8 de novembro de 1917, que proíbe o subsídio municipal às escolas que ensinam língua estrangeira, assim como, a instituição da fiscalização das escolas particulares por parte do governo. A única petição dos moradores da localidade é que se esses, na posição de cidadãos brasileiros, são obrigados a pagarem impostos “para o progresso e o engrandecimento da terra catarinense, e, portanto o Brasil, é justo que sejam também contemplados nos benefícios e vantagens concedidas a outras localidades”¹⁸. O ofício continua salientando que “o povo de Nova Veneza não faz questão de idiomas e considerar-se-á muito satisfeito em que os filhos não fiquem completamente analfabetos”¹⁹. Verifica-se a preocupação dos moradores da localidade para com a instrução dos filhos, assim como, o requerimento dos direitos inerentes a cidadãos brasileiros, pagadores de impostos, que acima do cultivo da italianidade estão preocupados com questões práticas como o analfabetismo das crianças da comunidade.

Analisado fontes como os relatórios governamentais, jornais²⁰, entre outras, percebe-se que o descaso das autoridades para com as escolas italianas do extremo sul catarinense foi sendo reduzido no desenrolar das primeiras décadas do século XX. Além de alguns decretos²¹ legislando sobre a nacionalização do ensino, em 1917 a portaria 24, de 31 de maio de 1917²², apontava para a criação de uma “Escola Preparatória” localizada em Urussanga. A função da

¹⁷ Ofícios diversos. Janeiro e Fevereiro de 1918. Arquivo Público de Santa Catarina.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Analisou-se a segunda década do século XX o Jornal “O Dia”, Órgão do Partido Republicano Catarinense, impresso de circulação diária que em 1918 abrangia a capital, o interior de Santa Catarina, assim como, países vizinhos. A instrução Pública ganhava destaque nas páginas desse jornal. Informações como criação de escolas, contratação de professores, publicação de Leis e Decretos, recados aos professores em geral, relatórios de inspetores, entre outros, eram comuns. O jornal “O Clarão”, que se auto denominava: “Órgão de combate legalmente constituído e de maior aceitação no Estado de Florianópolis” trata com mais intensidade de assuntos religiosos, também tratava de assuntos políticos e educacionais, destacando-se entre esses, a nacionalização do ensino catarinense.

²¹ O Decreto 1187 como o já citado Decreto 1063, legislava sobre a nacionalização do ensino privado.

²² Coleção de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1917. Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1917. Arquivo Público de Santa Catarina.

escola seria “preparar para o magistério preliminar professores nomeados ou subvencionados pela Superintendência do dito município”²³. A criação da escola efetivara-se por meio de um acordo entre o Governo do Estado, o município de Urussanga e o real Consulado da Itália em Florianópolis. A Escola Preparatória, dirigida aos professores das escolas italianas era gratuita e obrigatória, segundo o regulamento anexo a portaria. Um item do acordo que considera-se bastante singular foi a autonomia outorgada ao consulado italiano na referida escola, por meio da portaria aqui analisada. A escola disporia de dois professores, um nomeado pelo governo brasileiro e outro nomeado pelo Consulado Italiano em Florianópolis²⁴. Os professores seriam pagos por meio das entidades que os contratara. Nesse momento, o estado brasileiro começa a se impor nas escolas italianas, mesmo que de forma diplomática, dividindo espaço com o Consulado Italiano.

A partir de 1937, em tempos da radicalização da Campanha de Nacionalização do Ensino, foi desenvolvido um relatório pela “Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina”²⁵. Apresentado ao Ministro da Educação e Saúde, pelo Inspetor João dos Santos Areão, em 25 de abril de 1938, o relatório oferece a descrição de uma visita realizada nas escolas do extremo sul catarinense. O relatório preocupa-se com a efetivação da prática da língua vernácula nessa região²⁶. Esse afirma que do total de 393 crianças pesquisadas, trinta e sete crianças entraram para a escola sem conhecer a língua nacional, 353 falam italiano e 269 só compreendem o italiano. No relatório, destaca-se a cidade de Criciúma que chama a atenção por apresentar “um número elevado de crianças que compreendem o italiano, e, entretanto, não falam”²⁷.

O inspetor, analisando as possíveis causas das populações ítalo-brasileiras não estarem totalmente familiarizadas à língua vernácula, atribui essa realidade ao fato de existirem grandes concentrações de imigrantes na mesma zona e de “mesma raça, aliadas ao abandono com que ficaram por longo tempo, à mercê de sua sorte”²⁸. Areão também menciona o não oferecimento de escolas nacionais nesses meios, o que consolidou “verdadeiros redutos que o

²³ Coleção de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1917. Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1917. Arquivo Público de Santa Catarina.

²⁴ Idem.

²⁵ Relatório da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina, apresentado ao Ministro da Educação e Saúde pelo Inspetor João dos Santos Areão em 25 de abril de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁶ Criciúma, Nova Veneza, Cocal, Urussanga.

²⁷ Relatório da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina, apresentado ao Ministro da Educação e Saúde pelo Inspetor João dos Santos Areão em 25 de abril de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁸ Idem.

tempo se encubia de os tornar cada vez mais intransponíveis”²⁹. Para justificar seu raciocínio a autoridade cita o fato de ser “comum encontrar no elemento feminino, velhas matronas que só se expressam em língua estrangeira, porque, na sua meninice, não tiveram escolas brasileiras para freqüentar”³⁰. E conclui “o mal procuramos remediar agora, tanto mais intensamente quanto as possibilidades nos permitam”³¹.

No Brasil, o governo de Getúlio Vargas articula um processo tardio, o qual algumas sociedades já haviam efetivado, ou seja, o processo de construção da nação. A consolidação dos estados nacionais implicava na definição de uma identidade nacional que sustentasse algumas indagações básicas como: Quem somos nós e quem são os outros? As respostas formuladas a essas perguntas foram sendo esboçadas nos livros didáticos, nos romances e nas crônicas da época, nos jornais, enfim, disseminados por vários meios (NUNES, 1992:373).

Analisando o contexto histórico brasileiro nas primeiras décadas do século XX, nas quais se desenvolveu o processo de nacionalização, especialmente por meio da escola, pode-se perceber que: junto às disputas de identidade cultural ou étnica, entre representantes de distintos grupos, existiam disputas pelo poder. O que estava em jogo para além da imposição de uma tradição ou língua, era o rompimento com as influências de autoridades estrangeiras sobre os sujeitos instalados, por meio da imigração, em solo brasileiro. A partir destas disputas de poder ganham espaço as estratégias de imposição da cultura de um grupo. Bourdieu reflete sobre a busca de critérios “objetivos” de identidade “regional” ou “étnica”. O autor menciona que critérios da prática social como, a língua, o dialeto ou o sotaque, “são objeto de *representações mentais*, [...] actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento” (BOURDIEU, 2004:112). Assim, em meio a vestígios do que foram as escolas italianas e a Campanha de Nacionalização do Ensino, percebe-se os interesses e relações que as cercavam. As autoridades italianas e brasileiras passaram a disputar não só as diretrizes das escolas, como também, a lealdade dos sujeitos que as constituíam. Para Bourdieu as lutas referentes a identidades étnicas ou regionais fazem parte de um campo no qual degladiavam-se diferentes visões e interesses. Essas lutas estão inseridas num caso particular nas lutas de classificação, por meio da qual, se impõe uma divisão legítima do mundo social.

²⁹ Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina, apresentado ao Ministro da Educação e Saúde pelo Inspetor João dos Santos Areão em 25 de abril de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

Percebe-se que em um plano micro, no extremo sul catarinense articulavam-se estratégias que perpassavam o contexto nacional. Lutas por uma imposição legítima de mundo, de valores e de uma nacionalidade, faziam parte do cotidiano das escolas e dos professores. Esses, por sua vez, agiam e reagiam, reivindicavam e posicionavam-se, sabendo transitar entre seus interesses e os interesses nacionais italianos e brasileiros. Assim, em meio a fontes e vestígios, buscou-se brevemente, algumas representações que correspondem a peculiaridades das escolas italianas e ítalo-brasileiras, bem como as relações que em um dado momento as envolveram.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Ivo d'.** **Nacionalização do Ensino: Aspectos Políticos.** Edição Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina. 2ª Edição. Florianópolis, 1942. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- BOURDIEU, Pierre.** **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4. Ed., 2004.
- CHARTIER, Roger.** **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Roger CHARTIER, trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- CORTI, S, CAVAZZUTI, P.** **Compimento del sillabario ítalo-portoghese. Per L'insegnamento parallelo delle due lingue.** (ad uso delle scuole Italo-Brasiliane). Antonio Vallardi, Editore. Milano – Genova, Roma – Napoli. (não especifica ano de publicação)
- HALL, Stuart.** **Identidade Cultural na Pós Modernidade.** 5ª edição. Rio de Janeiro, 2001.
- NUNES, Clarisse.** **História da Educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos.** In: **Teoria e Educação.** Dossiê História da Educação. Porto Alegre, nº 6, 1992.
- OLIVEN, Ruben George.** **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação /** Rubem George Oliven. – 2.Ed. rev. E ampl. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- RABELO, Giani, LOURENÇO, Leila e COSTA, Marli de Oliveira.** **A Escola na Colina: Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002).** UNESC, 2003.